

Editorial

É com prazer que apresentamos a 36ª edição dos *Cadernos da Escola do Legislativo*. Sempre atentos à realidade sociopolítica, aos processos políticos, à implementação de políticas públicas e a seus impactos sobre a sociedade, selecionamos artigos com viés interdisciplinar, cujas reflexões giram em torno de questões atuais, discutidas em todo o País. Planejamento urbano e políticas públicas de desenvolvimento das cidades, ações afirmativas para a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, transferência de recursos do Poder Executivo para o Legislativo municipal são os temas abordados nos primeiros três trabalhos. Em seguida, é discutida a produção teórica de Menelick de Carvalho Netto, importante constitucionalista brasileiro, com ênfase nas contribuições de sua obra para a interpretação do Direito Constitucional pós-1998. Por fim, o projeto político-econômico dos governos Lula, Dilma e Temer é o tema do livro resenhado nesta edição.

Como nos últimos semestres, iniciamos com a seção *Pensando em Minas*, programa realizado pela Escola do Legislativo da ALMG, em parceria com a TV Assembleia. Neste número, trazemos a transcrição de uma palestra sobre o Plano Diretor, ministrada pelos consultores legislativos **Gustavo Gomes Machado** (mestre em Ciências Sociais, com ênfase em Gestão de Cidades pela PUC Minas) e **Humberto Alvim Guimarães** (mestre em Geografia pela UFMG) e aberta ao debate com o público presente. Em suas exposições, os palestrantes evidenciam a relevância desse instrumento de planejamento da organização urbana, alertando para a sua complexidade e para pontos polêmicos que envolvem sua elaboração, revisão e implementação. Tomando como referência municípios mineiros de diferentes portes, mas recorrendo também a exemplos de outras cidades brasileiras e

de outras regiões do mundo ocidental, eles destacam a necessidade de que, no planejamento urbano, sejam observadas e respeitadas as particularidades de cada realidade local. Ressaltam também a importância de se buscarem instrumentos que fomentem a cultura de participação cidadã, ainda bastante limitada, no processo de definição da cidade desejada por seus habitantes. Esses são alguns dos muitos desafios da efetividade do Plano Diretor, que tem a difícil missão de atender e conciliar interesses, necessidades e anseios de diversos setores da sociedade, buscando-se garantir o desenvolvimento sustentável das cidades e, conseqüentemente, o bem-estar dos cidadãos.

Ainda no campo de análise de políticas públicas, o primeiro texto da seção de artigos apresenta uma pesquisa sobre a implementação das leis de reserva de vagas e de cotas, no que tange à inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Por meio de um estudo de caso realizado na Assembleia de Minas, **Hebert Pinto Pereira** (especialista em Poder Legislativo e Políticas Públicas pela ALMG) e **Rita de Cássia dos Santos** (doutora em Políticas Públicas para o Desenvolvimento pela Universidade de Manchester) buscam compreender como se dá esse processo na instituição investigada, com base na percepção de alguns de seus beneficiários. Apesar dos avanços na política de inclusão, impulsionada pelo Estatuto das Pessoas com Deficiência, os resultados da pesquisa apontam para barreiras ainda existentes à realização do potencial produtivo desses indivíduos. Como forma de se combater a desigualdade de oportunidades, os autores defendem a necessidade de uma política pública transversal, que atravessasse também as áreas da saúde e da educação. Propõem, ainda, indicadores de monitoramento e de avaliação das ações afirmativas empreendidas por organizações públicas e privadas, salientando a importância do trabalho e do emprego para o pleno exercício da cidadania.

No segundo artigo, **Isabella Freire Biondini** (mestra em Administração Pública pela FJP) e **Lídia Cristina Duarte** (pós-graduanda na Escola de Governo da FJP) buscam lançar luz à compreensão da transferência de recursos financeiros do Poder Executivo às câmaras municipais. Tal repasse, conforme explicam as autoras, é uma obrigatoriedade

constitucional e deve respeitar o marco legal do duodécimo e os percentuais definidos na Lei Orçamentária Anual. No entanto, ainda não se chegou a um consenso quanto à forma de apuração do valor, mais especificamente quando se trata das verbas do Fundeb, que podem ou não compor a base de cálculo. Trata-se de um tema árduo, que passa pelo entendimento do federalismo fiscal e das competências, funções e autonomias dos Poderes, bem como pela análise da legislação, da doutrina e da jurisprudência afeitas à questão. No atual cenário de crise fiscal da administração pública, a interpretação do cálculo do duodécimo impacta diretamente o orçamento dos municípios e a aplicação das receitas públicas, afetando, como consequência, também a capacidade de provisão de políticas públicas para o atendimento de demandas sociais por bens e serviços.

Diversamente dos trabalhos anteriores, de caráter empírico, o texto seguinte trata da vasta e rica produção do professor Menelick de Carvalho Netto, em torno do qual se formou uma singular corrente de pensamento teórico-constitucional e uma sólida tradição de pesquisa, que nasce na Escola Mineira de Direito, mas dali avança e assume contornos inovadores, superando as fronteiras territoriais e doutrinárias de Minas. Com maestria, o autor do artigo, **David Gomes** (doutor em Direito pela UFMG), nos brinda com uma leitura aprazível e, ao mesmo tempo, aprofundada, em que propõe identificar e correlacionar o conjunto de elementos centrais da obra de Menelick, versada sobre o Direito Constitucional pós-1988. Fazem parte desse *corpus* teórico concepções renovadas sobre a modernidade, a sociedade moderna e o Estado moderno, sobre as relações entre ciência, epistemologia e teoria da Constituição, sobre a forma, o conteúdo constitucional e o procedimento legislativo, bem como uma releitura dos conceitos de povo, soberania e democracia, entre outros não menos importantes. David tem o mérito inquestionável de se debruçar sobre um projeto teórico denso, plural e aberto, todavia em desenvolvimento, disperso em livros, artigos, prefácios e até mesmo manuscritos.

Seguindo a mesma linha, na última seção, **Ricardo Carneiro** (doutor em Sociologia e Política pela UFMG) discorre sobre o livro *Governos*

de Lula, Dilma e Temer: do espetáculo do crescimento ao inferno da recessão e da estagnação, de autoria do professor Fabrício Augusto de Oliveira, que realiza uma minuciosa análise da economia brasileira, no período de 2003 a 2018. O autor evidencia que os três governos supracitados, alinhados à política macroeconômica ortodoxa de estabilização e marcados por modestos esforços reformistas, buscaram promover políticas monetárias, fiscais e cambiais voltadas à criação de um ambiente propício ao capital. No entanto, tais projetos econômicos não se mostraram capazes de promover um cenário de desenvolvimento sustentável a longo prazo e de combate à pobreza. Ao contrário, ao longo do período analisado, houve um declínio progressivo do desempenho da economia, que pode ser explicado, entre outros fatores, pela crise econômica mundial, sobretudo a partir de 2008, e por um deterioramento interno das condições de governança e de governabilidade. Na resenha, a obra é destrinchada e apresentada de maneira clara e coesa, permitindo uma apreensão global da problemática e convidando os leitores a conhecê-la em sua integralidade. Ricardo destaca que o livro consiste em uma referência fundamental para a compreensão da trajetória econômica de nosso País, nas primeiras décadas do século, e para o debate em busca de um modelo mais adequado ao cenário atual e ao enfrentamento das desigualdades sociais.

Boa leitura!

Stefania R. Negri

Editora dos *Cadernos da Escola do Legislativo*